

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

**EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA****SELEÇÃO PÚBLICA Nº: 001/2020****PROCESSO Nº: E-12/169/40/2018****TIPO: MAIOR LANCE OU OFERTA de Valor de Outorga**

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO “CODIN”**, amparada pelo DECRETO ESTADUAL Nº 46.252 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018 a qual foi delegada a prática dos atos que se fizerem necessários à seleção de administradora para a Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. **Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa**, e pela Comissão Especial de Seleção, com INTERVENIÊNCIA do **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Governador em exercício, **Cláudio Bomfim de Castro e Silva**, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados, realizará a **Seleção**, conforme descrição contida neste documento e nos seus Anexos, destinada à seleção de pessoa jurídica a ser contratada para implantar e administrar a Zona de Processamento de Exportação do Açúcar (ZPE do Açúcar), na forma da legislação vigente: Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; Decreto Estadual 46.188, de 06 de dezembro de 2017; Decreto Presidencial S/N de 27 de dezembro de 2017 (publicado no DOU em 28/12/2017); Resolução CZPE 02, de 15 de maio de 2009; Resolução CZPE 05, de 1º de setembro de 2009; Lei 11.508, de 20 de julho de 2007; Decreto 6.814, de 06 de abril de 2009; Decreto 6.759, de 05 de fevereiro de 2009; Resolução CZPE 08, de 28 de junho de 2010; Instrução Normativa RFB 952, de 02 de julho de 2009; e Portaria RFB 3.518, de 30 de setembro de 2011.

Este documento e todos os anexos que integram o presente edital estarão à disposição de qualquer interessado, na sede da CODIN, para consulta no período de 30 (trinta) dias úteis, a partir do dia 30 de outubro de 2020, podendo acessar seu conteúdo através do site oficial desta Companhia ([www.codin.rj.gov.br](http://www.codin.rj.gov.br)).

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

Os envelopes, contendo documentos de habilitação e afins, deverão ser entregues na CODIN, à Av. Rio Branco nº 110 – 34º, Centro, Rio de Janeiro, RJ, até às 10:00 horas do dia 15 de dezembro de 2020. A abertura dos envelopes ocorrerá, na mesma data-limite para sua entrega, às 10:30 horas, na sala de reunião, no endereço da sede da CODIN, acima citado, com a presença dos representantes das empresas participantes.

**DAS DEFINIÇÕES**

**Ações de Desapropriação:** Ações Judiciais ajuizadas pela CODIN referente aos lotes mencionados no Decreto Estadual nº 41.915, de 19 de junho de 2009;

**Adjudicatária:** Proponente vencedora do processo de seleção;

**Anexos:** Documentos citados neste Edital, incorporados ao final deste, parte indissociável e nomeado conforme suas denominações;

**Anteprojeto:** Representação técnica da opção adotada pela Adjudicatária e/ou Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar AZPE a partir de estudo de viabilidade e estudos preliminares, contendo especificações técnicas e memorial descritivo do Projeto da ZPE do Açúcar, incluindo desenhos, especificações, orçamentos físico e físico-financeiro sumários, avaliação de custos de obras, métodos e prazos de execução.

**Avaliação Administrativa:** Laudo de Avaliação ou Parecer Técnico realizados no âmbito das Ações de Desapropriação que estabeleceram o valor inicial dos Lotes e compõe, em conjunto com outros custos discriminados, o Valor Fixo de cada Imóvel.

**AZPE:** Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, Pessoa Jurídica criada com a função específica de implantar e administrar a ZPE e, nessa condição, exclusivamente responsável por prestar serviços às empresas que ali se instalarem e auxiliar as autoridades aduaneiras, nos termos da Resolução CZPE nº 5, de 1º de setembro de 2009 e suas posteriores alterações;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

**CODIN:** Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, entidade integrante da Administração Pública Indireta do Estado, Sociedade de Economia Mista cuja autorização de criação se deu através da Lei nº 5.969, de 28 de novembro de 1967 e delegatária do presente procedimento de seleção, nos termos do Decreto Estadual nº 46.252 de 26 de fevereiro de 2018;

**Coligadas:** Sociedades submetidas à influência significativa de outra sociedade. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la;

**Comissão Especial de Seleção:** Comissão constituída pela CODIN que será responsável por conduzir os procedimentos relativos à Seleção, além de examinar e julgar todos os documentos;

**Consórcio:** É o grupo de licitantes, solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes da presente Seleção e vinculados por Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio

**Contribuição Fixa Mensal:** Montante a ser pago mensalmente pela Adjudicatária e/ou pela AZPE, tendo por objetivo ressarcir a CODIN dos custos e despesas judiciais e extrajudiciais, administrativas e operacionais, diretas e indiretas, a serem realizados no âmbito das Ações de Desapropriação dos Lotes, até os seus efetivos trânsitos em julgado;

**Controlada:** Sociedade na qual a Controladora, diretamente ou por meio de outras Controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria de votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade controlada, e usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da mesma sociedade controlada;

**Controladora:** Pessoa física ou jurídica que:

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

i. é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral ou reunião de sócios e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade controlada; e

ii. usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade controlada;

**Controle da AZPE:** detém a titularidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações representativas do capital social votante da AZPE;

**Contrato:** Instrumento celebrado entre a **CODIN**, tendo como interveniente o **ERJ**, e a Adjudicatária, posteriormente cedido a AZPE, sociedade de propósitos específicos a ser constituída pela mesma Adjudicatária, tendo por objeto estabelecer diretrizes para formalização da execução do processo de administração da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, incluída a implantação, manutenção e exploração e das competentes atividades e serviços necessários para o seu funcionamento. (Anexo V)

**CZPE:** Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, sendo a principal instância decisória da Política Nacional das ZPEs;

**Documentos de Habilitação:** Conjunto de documentos arrolados no Edital, a ser obrigatoriamente apresentados pelas Participantes e membros do Consórcio, conforme o caso, destinado a comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, habilitação técnica e econômico-financeira;

**Edital:** O presente documento, com seus anexos;

**Empresa Líder do Consórcio:** Empresa indicada pela Participante do certame na qualidade de consorciada, responsável perante a CODIN pelo cumprimento das obrigações da Participante contidas neste Edital, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

**Estado:** Estado do Rio de Janeiro, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno;

**Garantia Contratual:** Garantia a ser constituída para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Adjudicatária/AZPE, a ser executada pela CODIN, nas hipóteses previstas;

**IPCA:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

**Imóvel:** área destinada à implantação da ZPE do Açú, a ser adquirida pela Adjudicatária e transferida à AZPE por esta constituída, composta pelos 14 (quatorze) Lotes;

**Lotes:** Lotes objeto das Ações de Desapropriação, cujas imissões provisórias de posse já foram cumpridas e efetivadas em favor da CODIN, que deverão constituir uma matrícula única a ser transferida a AZPE após os respectivos trânsitos em julgado, formando o Imóvel;

**Participante:** Empresa ou Concessionária interessada em participar do presente procedimento de seleção;

**Poder Proponente:** O Estado do Rio de Janeiro, responsável pela submissão da proposta de criação da ZPE do Açú, neste ato representado pela CODIN, nos termos do Decreto Federal de 27 de dezembro de 2017;

**Promessa:** Contrato de Promessa de Compra e Venda celebrado inicialmente entre a CODIN e a Adjudicatária, posteriormente cedido a AZPE, sociedade de propósitos específicos a ser constituída pela mesma Adjudicatária (Anexo IV);

**Regularização Fundiária:** Consiste no conjunto de medidas jurídicas, sociais, ambientais, urbanísticas e de sustentabilidade, dirigidas no sentido da consolidação da ocupação dos Lotes relacionados no Anexo 1 da PROMESSA (Anexo IV) pela Adjudicatária, cuja situação jurídica e respectivas datas de imissão na posse pela OUTORGANTE estão descritas nos Processos Judiciais mencionados na Relação de Lotes constante do referido Anexo 1, sendo certo que eventuais custos pela remoção de terceiros ficarão EXCLUSIVAMENTE a cargo da OUTORGADA, uma vez que, como foi ressaltado pela Assessoria de Perícias e Avaliações

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

Imobiliárias da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, no Parecer Técnico Nº 70/2019, fls. 647/656 do Processo Administrativo nº E-12/16940/18, “a avaliação deve se restringir ao real valor da área, nas condições em que se encontrava quando do decreto expropriatório, e não com vistas ao mercado imobiliário ou ao seu eventual aproveitamento econômico”, de acordo com entendimento jurídico exarado pelo acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível do TJRJ, Apelação Cível nº 8.293/95, de relatoria do eminente Des. Sérgio Cavalieri Filho;

**Sessão Pública da Seleção:** Sessão Pública para abertura dos envelopes das propostas entregues pelas Participantes;

**Valor de Outorga:** Montante inicial a ser pago pela Adjudicatária e/ou pela AZPE em decorrência da oferta realizada no presente procedimento de seleção;

**Valor Resultante do Imóvel:** Montante total a ser pago pela Adjudicatária e/ou pela AZPE à CODIN, constituído pelo Valor Fixo do Imóvel e Valor Variável do Imóvel;

**Valor Fixo do Imóvel:** Montante total a ser pago pela Adjudicatária composto pelo somatório do Valor do Terreno e do Valor de Implantação do DI-SJB;

**Valor do Terreno:** Montante a ser pago pela Adjudicatária ou pela AZPE, referente ao Imóvel, composto pelo somatório dos valores das avaliações administrativas dos Lotes que deram origem ao Imóvel nos autos das Ações de Desapropriação;

**Valor de Implantação do DI-SJB:** todos os custos já realizados a título de complementação, honorários advocatícios, juros compensatórios, moratórios, custas e taxas judiciais, além de quaisquer outras despesas judiciais e extrajudiciais, administrativas e operacionais realizadas em decorrência das desapropriações dos Lotes, de forma direta e indireta, até a data da publicação deste Edital, conforme Memória de Cálculo (Anexo IX);

**Valor Variável do Imóvel:** Montante a ser pago pela AZPE, referente à eventual diferença entre os valores já pagos como “Valor Fixo do Imóvel” e o valor das indenizações ao final

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

fixadas pelos juízos das respectivas Ações de Desapropriação dos Lotes, acrescidos de honorários advocatícios, juros compensatórios, moratórios e demais valores que deste possam decorrer;

**ZPE:** Zona de Processamento de Exportação, área de livre comércio com o exterior, considerada Zona Primária para efeito de controle aduaneiro, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, inclusive com tratamentos tributário, cambial e administrativo específicos.

## 1. DO OBJETO

O presente EDITAL tem por objeto estabelecer diretrizes para a seleção da empresa ou Consórcio que irá constituir Pessoa Jurídica para exercer, em regime de exclusividade, a Administração da Zona de Processamento de Exportação do Açu, incluída a implantação, manutenção e exploração das competentes atividades e serviços necessários para o seu funcionamento, bem como adquirir o Imóvel onde a ZPE instalar-se-á.

**1.1** – O imóvel a ser adquirido pela Adjudicatária e transferido para a AZPE, nos termos da Promessa (Anexo IV), possui 182,167436 hectares e perímetro de 5.333,10 metros delimitada no Decreto Presidencial de 27 de dezembro de 2017, publicado no D.O.U em 28 de dezembro de 2017 (ver Anexo II), no Município de São João da Barra e deverá ter destinação exclusiva a implantação da ZPE do Açu, na forma da legislação vigente, em especial a Resolução CZPE nº 05, de 01/09/2009, com as alterações introduzidas pela Resolução CZPE nº 02, de 03.04.2013 e Resolução CZPE nº 08, de 17 de dezembro de 2013, bem como pela Resolução CZPE nº 02, de 12/12/2012 que altera a Resolução CZPE nº 02, de 15 de maio de 2009

**1.2** - A presente Seleção será do tipo maior lance ou oferta em relação ao Valor de Outorga.  
- Será observada como oferta mínima de Valor de Outorga o valor de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais).

## 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DA SELEÇÃO



**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

**2.1** Poderão participar da presente Seleção apenas pessoas jurídicas, seja individualmente ou em Consórcio, desde que satisfaçam plenamente as condições do presente Edital. A participação na Seleção implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital.

**2.2** No caso de consórcio de empresas, deverão ser observadas as seguintes condições:

**2.2.1** As empresas participantes de um consórcio não poderão participar da concorrência isoladamente ou integrando outro consórcio;

**2.2.2** É vedada a participação nesta Seleção, em diferentes consórcios, de empresas Controladoras, Controladas ou Coligadas e suas respectivas Controladas, Controladoras ou Coligadas;

**2.2.3** Deverá ser apresentado Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade Anônima de Capital Fechado (Anexo III) devidamente registrada no Registro do Comércio competente, devendo constar neste, necessariamente, os dados abaixo, preferencialmente, na ordem em que estão listados:

- a)** designação do Consórcio, sua composição e a participação proporcional de cada consorciada;
- b)** descrição do objetivo da constituição do consórcio;
- c)** definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciada e de suas participações específicas em relação ao objeto deste processo;
- d)** declaração expressa de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados pelo Consórcio, tanto no que se refere a este processo quanto à Promessa e Contrato dele decorrentes;
- e)** registro dos compromissos e obrigações das consorciadas, entre eles o de que cada consorciada responderá, isolada e solidariamente, por todas as exigências pertinentes ao objeto da Seleção;
- f)** apresentação da empresa líder do consórcio, que deverá ser a única das empresas a relacionar-se com a CODIN, em nome do consórcio;
- g)** designação do representante legal do consórcio, que deverá ter poderes para firmar a Promessa e Contrato;



**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

- h) compromisso de que será apresentado, antes das assinaturas da Promessa e do Contrato, o instrumento de constituição do Consórcio, em conformidade com o requerido no presente Edital; e
- i) declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção, da Lei Federal nº 12.846/2013, do Decreto Federal nº 8.420/2015 e do Decreto Estadual nº 46.366/18.

**2.3 O Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio** deverá ser assinado por todas as sociedades que deverão constituir o consórcio e deverá conter declaração expressa dessas sociedades de que, se vencedoras da Seleção, constituirão formalmente o consórcio e registrá-lo-ão na Junta Comercial do local da sede da empresa líder, antes das assinaturas da Promessa e do Contrato;

**2.4** Não poderão participar desta Seleção inclusive fazendo parte de consórcio, pessoas jurídicas:

- 2.4.1** Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- 2.4.2** Sociedades em processo de liquidação, falência ou recuperação judicial;
- 2.4.3** Impedidas de transacionar com a Administração Pública ou qualquer dos seus órgãos ou entidades descentralizadas; e
- 2.4.4** Sociedades dentre as quais haja dirigentes, gerentes ou sócios que sejam servidores da CODIN, ou de qualquer outro órgão da Administração Estadual, tanto direta quanto indireta.

### **3. DA HABILITAÇÃO**

**3.1** Os documentos relativos à habilitação serão entregues pelas Participantes à Comissão Especial de Seleção, em envelope devidamente fechado (Envelope “A”), identificado externamente, ficando sugeridos os seguintes dizeres:

**CODIN – CIA. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**REFERÊNCIA: SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2020 PARA ESCOLHA DE ADMINISTRADORA  
ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO AÇÚ**

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE [DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE].  
[NOME, TELEFONE E E-MAIL DO REPRESENTANTE DA PARTICIPANTE]**

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

**DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 15 de dezembro de 2020, às 10:30 horas.****ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.1** Os Participantes de Consórcio deverão apresentar, individualmente, toda a documentação exigida para Participantes isolados. Deverão apresentar, ainda, o Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade Anônima de Capital Fechado, na forma das disposições deste Edital.

**3.2 Habilitação Jurídica:**

- a) Cópia autenticada do Ato Constitutivo da empresa, Estatuto ou Contrato Social, com as respectivas alterações em vigor, se houver devidamente registrado e arquivado na repartição competente;
- b) No caso de sociedade por ações, deverá ser apresentada cópia da publicação no Diário Oficial do ato societário que aprovou o estatuto social em vigor e elegeu os atuais administradores e da certidão de arquivamento na Junta Comercial competente;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) As empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar documentação comprobatória da representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação, responder administrativa e judicialmente ou qualquer outro ato que seja necessário e inerente à atividade de Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Açu.

**3.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município de domicílio da empresa;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Receita Federal do Brasil;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

- d) Cópia autenticada da Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual da sede da participante;
- e) Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

**3.4 Qualificação Econômico-Financeira:**

**3.4.1** Cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados, que comprovem a boa situação financeira da participante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devidamente registrados no órgão competente, tudo de acordo com as normas legais.

**3.4.1.1** Caso a sociedade participante tenha sido constituída no exercício social corrente, deverá apresentar as demonstrações contábeis parciais, ou na falta destas, as demonstrações contábeis das suas sócias majoritárias ou acionistas controladores.

**3.4.2** A Participante e, no caso de Consórcio, cada consorciado individual e proporcionalmente à sua participação no Consórcio, deverá declarar que dispõe ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios e de terceiros, necessários à consecução do objeto desta Seleção, nos termos do Anexo X - Declaração de Capacidade Financeira.

**3.4.3** Considerar-se-á comprovada a boa situação financeira do participante desde que atinja o patrimônio líquido de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

**3.4.3.1** O patrimônio líquido será calculado pela Participante e confirmado pelo responsável por sua contabilidade, mediante declaração assinada por esse último, da qual também deverá constar a indicação do seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

**3.4.4** Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial, com data de emissão atualizada, que deverá ser de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos anteriores à data da apresentação da proposta.

**3.5 Qualificação Técnica:**

**3.5.1** Atestado de Visita Técnica a ser fornecido pela CODIN, decorrente de visita técnica aos Lotes que será agendada conforme procedimento a ser divulgado pela Comissão Especial de Seleção, a ser realizada até a data estabelecida para a entrega dos envelopes no dia da Sessão Pública da Seleção, onde poderá comparecer preposto credenciado pela Participante;

**3.5.1.1** Eventuais prejuízos em virtude da omissão na verificação dos Lotes são de integral responsabilidade das Participantes.

**3.5.2** Ato Declaratório da Receita Federal ou equivalente no Exterior com no mínimo 1 (um) ano de alfandegamento vigente em parte interna de portos, aeroportos, recintos da alfândega e locais habilitados na fronteira terrestre pela autoridade aduaneira para operações de carga e descarga de mercadorias, vindo ou indo ao exterior ou porto seco.

**3.6 Outros Documentos e Comprovações:**

**3.6.1** Declarações formais, inerentes a esta Seleção Pública (Anexo VI);

**3.6.2** Credenciamento de representante do Participante junto a CODIN, com poderes para representá-lo e praticar ato relativo ao processo licitatório, inclusive para desistência expressa de recurso, sem o qual será impedido de manifestar-se para qualquer forma de impugnação, rubrica e outras observações, ressaltando que a falta desse documento não implicará em inabilitação.

**3.6.2.1** O credenciamento poderá fazer parte integrante do envelope “A”, ou ser apresentado fora dele, no ato da abertura da reunião.

**3.7** A Comissão Especial de Seleção poderá a qualquer tempo e a seu critério, suspender o procedimento licitatório a fim de averiguar a veracidade documental apresentada com visita “*in loco*” a ser realizada por servidor designado;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

**3.8** Nenhum documento exigido nos itens 3.2 a 3.6.1 e seus respectivos subitens poderá ser apresentado fora do Envelope “A”, nem posteriormente à sua abertura, salvo pelo referido documento no item 3.6.2;

**3.9** Caso algum documento seja emitido pela “Internet”, não será necessária sua autenticação, uma vez que será efetuada a devida conferência, pela Comissão, no “site” do órgão competente.

#### **4. DA QUALIFICAÇÃO - PROPOSTA ECONÔMICA**

**4.1** A proposta econômica ofertada pela Participante versará sobre o Valor de Outorga a ser pago à CODIN e outros itens conforme Termo de Referência;

**4.2** A Participante deverá indicar na sua proposta econômica o Valor de Outorga, em Real, a ser paga à CODIN, observado o valor mínimo de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais);

**4.3** Os Participantes entregarão à Comissão Especial de Seleção suas qualificações, item “DA QUALIFICAÇÃO - PROPOSTA ECONÔMICA” do Termo de Referência, em envelope fechado (Envelope “B”), identificado externamente, ficando sugeridos os seguintes dizeres:

**CODIN – CIA. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**REFERÊNCIA: SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2020 PARA ESCOLHA DE ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO AÇÚ**

**QUALIFICAÇÃO – PROPOSTA ECONÔMICA DE [DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE].**

**[NOME, TELEFONE E E-MAIL DO REPRESENTANTE DA PARTICIPANTE]**

**DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 15 de dezembro de 2020, às 10:30 horas.**

**ENVELOPE B – PROPOSTA ECONÔMICA**

**4.4** Os documentos deverão ser emitidos por computador ou datilografados em papel timbrado do Participante, em língua portuguesa, redigida com clareza, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, assinada na última folha e rubricada em todas as páginas pelo representante legal do

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

Participante, nos termos do Estatuto ou Contrato Social da Empresa, ou por instrumento particular de procuração com firma reconhecida.

**5. DO EXAME DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1** A Comissão de Seleção receberá os envelopes A e B, contendo, respectivamente, os Documentos de Habilitação e Proposta econômica, no local, data e hora previstos neste Edital;
- 5.2** Após o encerramento do prazo para o recebimento dos envelopes, o que será declarado pela Comissão Especial de Seleção na Sessão Pública da Seleção, nenhum outro envelope ou documento será recebido, dando-se início à abertura destes em 2 (duas) fases: (i) Fase de Qualificação, que consiste na abertura do Envelope B – Proposta Econômica; (ii) e Fase de Habilitação, para verificação de regularidade da situação do Participante apenas para o Participante vencedor (o que propôs o maior preço após eventual desempate, se houver).
- 5.3** A Comissão Especial de Seleção lavrará ata circunstanciada de todas as reuniões públicas. As atas de reunião serão assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes dos participantes presentes ou por aqueles nomeados;
- 5.4** Havendo acordo, e mediante lavratura em ata, os participantes presentes poderão nomear apenas alguns entre eles para rubricar os documentos apresentados, seja na fase de julgamento das propostas, seja na fase de habilitação;
- 5.5** A Comissão Especial de Seleção examinará os documentos de habilitação e julgará habilitado se atender integralmente aos requisitos exigidos neste Edital;
- 5.6** Serão inabilitados os participantes que: (a) apresentarem documentos com data de validade vencida; (b) não apresentarem quaisquer dos documentos exigidos neste Edital, ou os apresentarem com adulteração, falsificação, emenda ou rasura; ou (c) não atenderem a todas as exigências deste documento;
- 5.7** A inabilitação será justificada pela Comissão Especial de Seleção, podendo esta efetuar diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

**5.8** Caso todos os participantes sejam inabilitados, por meio da Comissão de Seleção, a seu exclusivo critério, poderá ser fixado prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação, escoimadas das causas que deram origem à sua inabilitação ou desqualificação ou à desclassificação das propostas.

**6. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA ECONÔMICA**

**6.1** As propostas econômicas serão ordenadas de acordo com as ofertas feitas em relação ao Valor de Outorga, sendo declarada vencedora a proposta que indicar a maior oferta;

**6.2** A Comissão de Seleção poderá solicitar dos Participantes quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, se entender que são necessários para o seu julgamento, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta;

**6.3** Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção, com base na legislação aplicável.

**7. DO JULGAMENTO FINAL, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**7.1** Será classificada e selecionada, assim considerada vencedora, a Participante que apresentar proposta com a maior oferta relativa ao Valor de Outorga, conforme item DA PROPOSTA ECONÔMICA do Termo de Referência;

**7.1.1** Em caso de empate, a decisão será realizada de acordo com os critérios definidos a seguir, de aplicação sucessiva:

i) através de disputa final, em que os Participantes empatados poderão apresentar uma nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento, a ser analisada no mesmo dia;

ii) desempenho contratual prévio dos Participantes em contratações anteriores formalizadas com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – “CODIN” a ser avaliado pela Comissão de Seleção;

iii) se ainda assim permanecer o empate das propostas, sucessivamente, será assegurada preferência da prestação do serviço, objeto do presente Edital, por empresas brasileiras nos termos do inciso III do artigo 55 da Lei 13.303/16, combinado com o §2º do artigo 3º da Lei 8.666/93; e



**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

iv) por último sorteio, sucessivamente, em ato público, marcado pela Comissão de Seleção e para o qual serão convidados todos Participantes;

**7.1.2** Serão consideradas propostas empatadas todas as ofertas que contenham valor igual ou superior a 90% (noventa por cento) do valor da maior oferta.

**7.2** Após o julgamento e a classificação das propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes no Termo de Referência, será encaminhado para homologação e adjudicação;

**7.3** Adjudicado o objeto desta Seleção pela Comissão, em despacho nos autos do processo, este será remetido à Presidência da CODIN para decisão final de homologação, revogação ou nulidade;

**7.4** Homologada a Seleção, seu objeto será contratado à Adjudicatária;

**7.5** Na hipótese em que a Adjudicatária venha decair do direito de contratar, a CODIN poderá revogar a Seleção ou convidar as demais participantes remanescentes, na ordem de classificação para contratar, em igual prazo e nas mesmas condições propostas;

**7.6** A CODIN poderá revogar esta Seleção em razão do interesse público, decorrente de fato superveniente ou anulá-la de ofício ou por provocação de terceiros;

**7.7** A anulação do procedimento por motivo de ilegalidade induzirá à anulação da Promessa e do Contrato, não gerando obrigações da CODIN em indenizar a Contratada;

**7.8** A declaração de nulidade da Promessa e do Contrato originado por esta Seleção operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

**7.9** No caso de revogação da Seleção, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**7.10** Não será admitida proposta que apresente qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

## **8. DOS ENCARGOS**

**8.1.1** A Adjudicatária e, posteriormente a AZPE, se obriga a realizar o pagamento do Valor de Outorga, referente ao montante inicial a ser pago pela Adjudicatária e/ou pela AZPE em decorrência da oferta realizada no procedimento de seleção, em 10 (dez) dias a contar da assinatura dos documentos desta Seleção, acrescido do

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

Valor Fixo do Imóvel, que corresponde ao somatório do Valor do Terreno e do Valor de Implantação do DI-SJB;

**8.1.2** Sem prejuízo das demais sanções cabíveis pelo descumprimento das obrigações assumidas, caso a Adjudicatária e/ou a AZPE não pague o Valor de Outorga ou o Valor Fixo do Imóvel na data de vencimento incorrerá em cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) a.m., *pro rata* incidente sobre o valor da parcela devida em atraso, atualizada pela variação anual da UFIR-RJ, acrescida de multa contratual de 10%, aplicáveis até o recebimento integral do valor devido;

**8.1.3** Ficarão a cargo da Adjudicatária e/ou a AZPE os custos para a remoção de eventuais invasores que estiverem localizados nos lotes dos imóveis, objeto do presente certame, constante no Anexo 01 da PROMESSA (Anexo IV).

## **9. DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** Uma vez concluído e homologado este processo, a Adjudicatária será notificada/convocada e terá o prazo de 3 (três) dias a contar do recebimento da referida notificação para, conjuntamente com a Comissão de Seleção, firmar a Promessa e Contrato, conforme minuta constante do Anexo IV e V, que integra o presente documento;

**9.2** Na data acordada com a Comissão de Seleção, a Adjudicatária deverá comparecer à CODIN a fim de assinar a Promessa e o Contrato;

**9.3** A Promessa e o Contrato serão encaminhados para assinatura à Adjudicatária somente se houver motivo relevante, devidamente justificado e às suas expensas;

**9.4** O não atendimento à convocação para assinaturas da Promessa e do Contrato, no prazo fixado, implicará a decadência do direito à contratação;

**9.5** O prazo para a assinatura da Promessa e do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito e desde que ocorra motivo justificado e aceite pela CODIN;

**9.6** Havendo recusa da Adjudicatária em assinar a Promessa e o Contrato, no prazo estabelecido, é facultado à CODIN convocar os participantes remanescentes, respeitada



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº E-12/169/40/2018

Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições das suas respectivas propostas, sem prejuízo da penalização prevista neste documento;

**9.7** A Adjudicatária deverá manter, no que for aplicável, durante toda a execução da Promessa e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Seleção.

**9.8** O prazo de execução do objeto licitado será de **20 (vinte) anos**, podendo ser prorrogado, sucessivamente, por **igual período**, desde que mediante novo pagamento de valor de outorga, a cada prorrogação, observadas as disposições dos Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula Quinta do Contrato.

## 10. DOS RECURSOS

**10.1** Ao final da sessão e declarado o Participante vencedor pela Comissão, qualquer Participante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. Os Participantes poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando os demais participantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

**10.2** A não apresentação de razões escritas acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese das razões orais;

**10.3** A falta de manifestação imediata e motivada do participante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Comissão ao vencedor;

**10.4** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**10.5** As razões de recursos serão dirigidas à Comissão de Seleção que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir, devidamente instruídos, para a decisão final do Diretor-Presidente.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**11.1** A Comissão é autônoma para dirimir quaisquer conflitos envolvendo os Participantes, devendo decidi-los nos termos deste Edital e da Legislação vigente;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

- 11.2** A Comissão poderá, em qualquer fase, suspender os seus trabalhos, devendo promover o registro da suspensão;
- 11.3** As dúvidas com relação ao presente documento só serão consideradas quando formalizadas por escrito perante a Comissão Especial de Seleção, devendo ser apresentadas até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data da abertura das propostas, devendo a resposta ser fornecida por meio eletrônico e enviada a todas as Participantes;
- 11.4** Todas as páginas que compõem a documentação de Habilitação e Proposta de Preço deverão estar numeradas e rubricadas pelo representante legal do participante, exceto naquelas em que houver assinatura;
- 11.5** Em caso de Consórcio, as empresas consorciadas se obrigam a constituir empresa específica para atendimento do objeto da presente Seleção, conforme Decreto Federal nº 6.814/2009, empresa esta que terá obrigatoriamente na sua constituição, como sócios, os componentes do consórcio;
- 11.6** Fica assegurado à Comissão de Seleção o direito de proceder a exames e outras diligências, a qualquer tempo, na extensão necessária, a fim de esclarecer possíveis dúvidas a respeito de quaisquer dos elementos apresentados na Seleção;
- 11.7** Não será permitida a participação neste certame, de empresa estrangeira sediada fora do País, salvo se consorciada a empresa brasileira;
- 11.8** Este Edital é publicado nas versões em Português e Inglês. Em caso de dúvidas, divergências ou conflitos e em atendimento à legislação brasileira, a versão em Português prevalecerá sobre a versão em Inglês;
- 11.9** Todos os documentos da licitação, bem como as correspondências trocadas entre as Participantes e a CODIN deverão ser redigidos em língua portuguesa, sendo toda a documentação consultada e interpretada de acordo com este idioma;
- 11.10** Não serão considerados para efeito de avaliação e julgamento das propostas os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas sem (i) a autenticação junto às Repartições Consulares do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no exterior e (ii) a tradução juramentada para a língua portuguesa;
- 11.11** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**Processo Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Id. Funcional \_\_\_\_\_ 5098152-8

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

- 11.11.1** Anexo I – Termo de Referência;
- 11.11.2** Anexo II – Decreto Federal de 27/12/2017, que criou a ZPE do Açu;
- 11.11.3** Anexo III -Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade Anônima de Capital Fechado;
- 11.11.4** Anexo IV – Contrato de Promessa de Compra e Venda (Promessa);
- 11.11.5** Anexo V – Contrato;
- 11.11.6** Anexo VI – Declarações – Modelos;
- 11.11.7** Anexo VII - Proposta do Estado do Rio de Janeiro;
- 11.11.8** Anexo VIII – Mapa;
- 11.11.9** Anexo IX- Memória de Cálculo;
- 11.11.10** Anexo X - Declaração de Capacidade Financeira.

**12. DO FORO**

O Foro competente para dirimir dúvidas na relação a ser firmada com base no objeto desta Seleção é o da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em detrimento de outro, por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, RJ, em 28 de outubro de 2020.

**Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa**

Diretor-Presidente

CODIN – RJ

Id. Funcional: 5098796-8